

A que devemos estar atentos? Elogio à distração

Of what should we be aware? In praise of distraction

Pedro Sobrino Laureano

Resumo

O objetivo deste artigo é problematizar o uso crescente, no mundo contemporâneo, do fármaco Ritalina, concomitante ao crescimento do diagnóstico de TDAH (transtorno de déficit de atenção e hiperatividade). Buscamos questionar porque, então, a distração e a hiperatividade constituem um problema para a subjetividade atual. Encontramos em autores como Freud, Bergson, Deleuze e Foucault uma caracterização da subjetividade e da sociedade que permite pensarmos a distração como criação subjetiva. Neste sentido, a subjetividade se produziria no intervalo mesmo entre um estímulo externo e a ação imediata, necessitando de um tempo de espera para se constituir. Tempo este que se encontraria cada vez mais encurtado, na atual sociedade de controle.

Palavras-chave

Distração; subjetividade; sociedade de controle.

Abstract

Our aim in this paper is to discuss the increasing use in the contemporary world of the drug Ritalina, and the concomitant growth of the diagnosis of ADHD (attention deficit hyperactivity disorder). We seek to question why, then, distraction and hyperactivity constitutes problems for the current subjectivity. We've found in authors such as Freud, Bergson, Deleuze, and Foucault a characterization of subjectivity and society that allow us to think distraction as subjective creativity and resistance. In this sense, subjectivity occurs in the interval between an external stimulus and the immediate action, requiring a timeout to set up. This interval of time is increasingly shortened, in the current control society.

Keywords

Distraction; subjectivity; society of control.

**Pedro Sobrino
Laureano**

**Pontifícia Universidade
Católica do Rio de Janeiro**

Mestre em psicologia clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Doutorando em psicologia clínica no departamento de psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

pedro@laureanopsi.com.br

Fonte:
<http://noticias.r7.com/saude/semelhante-a-anfetamina-ritalina-e-prescrita-sem-criterio-diz-especialista-24092012>

Cresce, em todo o mundo, o número de pessoas que recorre ao remédio Ritalina. O fármaco, produzido pelo laboratório Novartis Biociências, é utilizado em casos de transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). O diagnóstico já não é mais uma categoria privilegiada das crianças. Os adultos estão cada vez mais hiperativos, pelo menos é o que nos dizem alguns psiquiatras. De fato, segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), cerca de 5% dos adultos e de 4 a 8% das crianças sofreriam de TDAH. E, na lista dos países consumidores da ritalina, o Brasil está em segundo lugar, atrás apenas dos Estados Unidos¹.

Utiliza-se ritalina para trabalhar, para estudar. O multifenidato, substância ativa da ritalina, age sobre o sistema nervoso central, ajudando na concentração, aumentando a capacidade produtiva e o “foco”. Por ser uma medicação psicoestimulante, seu uso provoca o reaproveitamento de neurotransmissores como a dopamina e serotonina. Tomando ritalina, podemos suportar jornadas de trabalho de mais de 10 horas, maratonas de estudos para provas, concursos, etc.

Por que precisamos, cada vez mais, de auxílios químicos para “focarmos”? Será nossa dificuldade de atenção, realmente, apenas um problema neurológico? Que sociedade é a nossa, que tanto solicita nossa atenção, e por que nunca conseguimos estar à altura destas solicitações? Não se trata de condenar moralmente o uso que algumas pessoas podem fazer do remédio, que pode trazer benefícios reais para alguns indivíduos, aliviando temporariamente a ansiedade e a angústia da hiperatividade. Trata-se de investigar por que o déficit de atenção e hiperatividade tornar-se um sintoma hegemônico da sociedade contemporânea, acarretando, como forma de remediá-lo, no uso massivo da ritalina.

Por que não conseguimos mais prestar atenção, focar naquilo que de nós é exigido? Será que as tarefas que nos são propostas já não nos parecem tão atrativas, ao ponto em que precisamos, literalmente, nos remediar de nossa incorrigível distração?

Bergson, Freud e a atenção

A atenção, que a ritalina propõe “curar”, não é apenas uma faculdade cognitiva associada ao funcionamento do sistema nervoso central. Há mais de cem anos o filósofo Henry Bergson (1999[1896]) mostrou, no livro *Matéria e Memória* que aquilo que chamamos atenção é, na verdade, uma faculdade psicológica, acionada quando os estímulos do mundo externo solicitam uma resposta, uma reação adequada de nosso organismo. A atenção surge quando somos convocados a agir no circuito imediato do estímulo e da resposta. Ela supõe uma contração máxima do tempo, para que uma ação motora específica seja capaz de responder às solicitações do mundo.

Também Sigmund Freud (1999[1900], p. 567), escrevendo quase à mesma época de Bergson, nos diz que a atenção é uma faculdade da consciência: “O tornar-se consciente está ligado à aplicação de uma função psíquica específica, a da atenção (...)”. É ela que nos torna capazes de reagir aos estímulos externos e internos, buscando a ação específica capaz de eliminar o acúmulo de excitações. Quando somos submetidos a um excesso de estímulos, diz-nos Freud, nosso organismo funciona segundo o princípio de realidade, buscando livrar-se das cargas excessivas através de uma resposta motora adequada. Na primeira tópica freudiana, o princípio de realidade é caracterizado pela busca da manutenção biológica do indivíduo, podendo ser associado àquilo que alguns biólogos chamam de instinto de conservação da espécie: a luta pela sobrevivência, pela conservação do organismo.

O princípio do prazer, anterior ao de realidade, constitui a tendência à descarga imediata das excitações, acarretando na alucinação de uma experiência prévia de satisfação e na frustração do indivíduo. O princípio de realidade vem corrigir o de prazer, introduzindo a possibilidade de retardo na obtenção da satisfação. A subjetividade torna-se capaz de suportar o desprazer concernente à espera por um prazer futuro e à busca de um objeto efetivamente capaz de proporcionar uma satisfação parcial.

De acordo com Freud (2006 [1923], p. 66), é no princípio de realidade, então, que emerge a atenção como faculdade psicológica capaz de ir ao encontro dos objetos do mundo exterior:

Constituiu-se [no princípio de realidade] uma função especial, a atenção, que deveria fazer uma busca periódica no mundo externo para que os dados fossem conhecidos de antemão caso uma necessidade interna inadiável se manifestasse. Assim, em vez de aguardar que as impressões sensoriais surjam, essa atividade psíquica, cujo papel é estar atenta, vai ao encontro delas.

Quando recebemos ordens de nosso patrão, quando estudamos mais de dez horas por dia para uma prova da universidade, um vestibular ou concurso público, é nossa atenção que está sendo solicitada pelo mundo exterior. Elegemos, dentre todos os estímulos que nossa atual sociedade do excesso nos oferece, aquele que nos parece mais digno de resposta. Avaliamos, entre a multiplicidade de solicitações e possibilidades, aquela que ganhará os favores de nossa consciência, para que possamos fornecer ações motoras às “questões” lançadas pelo ambiente.

Portanto, em relação ao princípio de realidade, cabe nos perguntar como a realidade é socialmente construída. Pois não se trata, para Freud, da simples necessidade de adaptação a uma realidade externa, mas da possibilidade de serem criados caminhos originais para a busca de satisfação. Uma sociedade que porventura exija, continuamente, a adaptação a formas instituídas de satisfação, interditando ao máximo a possibilidade da criação de arranjos inesperados nas trilhas habituais do desejo, torna-se uma sociedade aonde a injunção a sobrevivência se sobrepõe à possibilidade de criação. Onde a obediência a esquemas prévios termina por colmatar, de antemão, a possibilidade de serem fabricados caminhos inéditos para o desejo.

Se, para curar nossa distração, nos utilizamos cada vez mais de um remédio como a Ritalina, é lícito que questionemos por que se tornou tarefa tão difícil permanecer atento às demandas que nos são lançadas pela realidade. Por que esta extrema dificuldade em fornecer as respostas adequadas, em mobilizar nossa consciência e nossa percepção na tarefa de construirmos os caminhos de nossos prazeres? De fato, a atenção pode ser comparada a um general de um exército que organiza seus pelotões. Para vencer uma batalha, ele categoriza, delimita funções, reparte o tempo (que grupo ataca primeiro? qual fica na retaguarda? etc.) e o espaço, a disposição dos agrupamentos. Parece então que, hoje, é cada vez mais difícil escolhermos nossas batalhas. E nos repreendemos por não sermos generais de nosso aparelho cognitivo.

Contradições na sociedade de controle

Dois diagnósticos aparentemente contraditórios sobre a sociedade contemporânea convivem, não apenas nos meios acadêmicos, mas também na mídia, nas revistas e na opinião pública.

O primeiro diz que nós estaríamos numa sociedade do narcisismo, regrada pelo culto da imagem, pelo hedonismo, pela exaltação do ‘eu’. Esta é a opinião do crítico social e historiador Christopher Lasch (1983) que, nos anos 70, lançou *A cultura do narcisismo: a vida americana numa época de esperanças em declínio*. Caso raro de um livro acadêmico que agradou mais ao grande público que às universidades. Também o sociólogo Gilles Lipovestky (1988), em livros como *A era do vazio*, argumenta que vivemos numa sociedade hedonista e ególatra, onde o espaço privado impõe-se sobre o público, as escolhas pessoais sobre as coletivas, o prazer sobre a ética...

Mas este não é o único lado da moeda. Para nossa surpresa, nós que estamos tão acostumados a ouvir que somos narcisistas demais, preocupados apenas em fazer o “nosso”, também encontramos, quando folheamos livros, revistas ou lemos *blogs*, um “diagnóstico” diametralmente inverso. Dizem que nosso tempo é aquele da diferença. Tempo em que é preciso abraçar diferentes culturas, escolher entre diversos papéis sociais, credos, religiões, grupos, sexualidades, trabalhos...

Já não precisamos nos impor uma identidade fixa, como antigamente. Em nossa época, torna-se necessário ser tolerante com o outro. E todos nós já somos, de alguma forma, outros em relação a nós mesmos, multifacetados. Trata-se da convocação para sermos flexíveis e híbridos, para que abracemos diferentes perspectivas sobre um mesmo tema, convivendo com as diferenças, ao invés de impor aos outros nossas verdades.

Esta face de nossas sociedades é salientada (ceticamente) por autores como David Harvey (1989) e Frederik Jameson (1997). E o que sobressai, nesta maneira de ler o contemporâneo, é o paradigma das redes. Vivemos redes infinitas de informação na internet, redes de relações cada vez mais complexas, no trabalho, na vida pessoal. Somos constantemente convocados a relativizar nossas escolhas particulares. Não devemos apreender nenhuma perspectiva como a Verdadeira, mas acompanhar o mundo em sua complexidade, as múltiplas possibilidades e variação que nos são ofertadas.

Ora, podemos perceber como os dois diagnósticos—o narcisismo e a multiplicidade, a variação e a estereotopia do ‘eu’—são diametralmente opostos. Como é possível, ao mesmo tempo, ser narcisista e multicêntrico? Ser egoísta, preocupando-se apenas com as necessidades pessoais e se abrir para a multiplicidade de diferenças, as diversas matizes de uma realidade policêntrica, múltipla?

Não nos dizem a partir de que malabarismo poderíamos “servir a estes dois senhores”. Ainda não sabemos com que truque particular poderíamos “dar volta no parafuso” e, ao mesmo tempo, dirigir nossa atenção para um projeto de vida individual, conforme os ideais narcísicos que erigimos, e abraçar a gama infinita das diferenças. Há, aqui, uma contradição: não nos estariam exigindo o impossível?

É verdade que a maioria da população mundial não pode contar com este leque infinito de possibilidades, na hora de realizar suas escolhas. São indivíduos obrigados a se agarrar imediatamente àquilo que se oferece. Aqueles que, após meses na fila de desemprego, não vão rejeitar a primeira oportunidade que se oferece em nome de uma multiplicidade de escolhas. Destes indivíduos, a sociedade espera, de fato, atenção: se querem sobreviver... Mas queremos salientar que, de fato, nossa sociedade se caracteriza, tendencialmente, pelo assustador incremento no número de possíveis que são oferecidos. Talvez nunca antes, na história, foi viável, para boa parte da população, realmente escolher entre gamas de opções diversas.

Na época que Michel Foucault (1999 [1975]) definiu como sociedade disciplinar, que chega a seu apogeu no século XIX, havia, segundo o filósofo, uma pobreza relativa de papéis sociais ofertados aos sujeitos. A sociedade se esquadrihava em instituições fechadas, escolas, hospitais, prisões, exércitos, fábricas, etc. O espaço era delimitado, o tempo, cronometrado. As

normas sociais forneciam modelos estáveis de ação, códigos palpáveis de como se deveria viver o tempo e habitar o espaço.

O filósofo Gilles Deleuze (1992), retomando as ideias de Foucault, diz que nossa época já não é aquela das disciplinas. Ele chama “sociedade de controle” (DELEUZE, 1992, p. 214) a este mundo que parece assistir ao incremento contínuo da fragmentação e hibridização social. Convivemos com multiplicidades de tempo e de espaço, com transformações cada vez mais aceleradas e estímulos excessivos e contínuos. Mundo onde tudo parece tornar-se possível. Exceto pela nova forma como querem nos capturar: o controle, que Deleuze caracteriza como um mecanismo de captura do contínuo.

Não temos mais, agora, um número definido de grandes indústrias monopolistas que competem entre si, como à época da segunda revolução industrial. Assistimos ao aparecimento de infinitas pequenas empresas, todas competindo e se aliando, se compondo e decompondo. Hoje, um *nerd* nos porões da universidade de Harvard, como Mark Zuckerberg, pode criar o *Facebook*, ganhando bilhões de dólares. Também não temos mais apenas duas sexualidades, dois papéis sexuais que somos obrigados a escolher. É possível que assumamos inúmeras sexualidades: travestis, homossexuais, *drag queens*, bissexuais, e até mesmo heterossexuais.

Uma vida já não é uma linha evolutiva que passa da infância para a adolescência, da adolescência para a idade adulta e dessa para a velhice. Hoje, as diversas temporalidades se encadeiam. As crianças são pequenos adultos; os jovens, pós-adolescentes; e os velhos talvez já estejam desaparecendo, se tornado cada vez mais como os adultos de antigamente.

Quando nos dizem, então, que vivemos numa sociedade do narcisismo, parece que tudo que descrevemos como multiplicidade, pluralismo, tolerância e escolha, vai por água abaixo. Pois quando realizamos uma escolha, devemos selecionar entre as inúmeras opções que nos são oferecidas, elegendo uma com a qual nos identificamos. O narcisismo² é, justamente, a possibilidade de escolher UM projeto de vida, que me permita ascender socialmente, ter uma casa, uma família. Ou seja, que exclua, de meu campo de percepção, de minha atenção, as mil gamas de mundos possíveis que se oferecem a todo tempo, e que fazem obstáculo à convocação do mercado, do trabalho. Estes pedem, sempre, que um ‘eu’ se coloque, que uma coerência—plano de carreira, metas da empresa, etc., seja gerada. Pedem atenção: às tarefas, aos objetivos.

Déficit de atenção? Elogio à distração

Como vimos, quando Bergson fala a respeito da atenção, ele nos diz que esta atividade consciente do cérebro encontra-se relacionada à necessidade que o organismo tem de fornecer respostas ao mundo, realizando uma ação específica que busque alterar a realidade.

Freud também argumenta que a atenção é faculdade da consciência, servindo ao organismo em sua luta por aliviar o desprazer causado pelo aumento de excitação vindo dos estímulos excessivos, da realidade externa e do corpo.

Estamos, de fato, cada vez menos atentos. Precisamos, cada vez mais, de esforços hercúleos para prestar atenção em qualquer coisa que seja. Os filmes, as conversas, as notícias, os amores, os trabalhos, nos chegam cada vez mais em *clips*, em pequenos pedaços e fragmentos. O mundo parece tornar-se, todo, *freelancer*.

Sofregamente conseguimos unificar o disperso de nossas percepções numa representação coerente, conferindo ao eu e ao mundo uma identidade

2

Escolhemos não aprofundar, no presente artigo, os conceitos de narcisismo, ideal do eu e eu ideal, tal como estes aparecem na obra Sigmund Freud. Desta maneira, sempre que nos referirmos ao termo narcisismo, descrevemos um processo de caráter eminentemente sociológico, mais próximos das ideias de Christopher Lasch. É verdade que Lasch apresenta o narcisismo contemporâneo relacionando-o à obrigatoriedade de satisfação imediata e à crescente incapacidade de se construir um futuro. Mas propomos, aqui, a seguinte reflexão: mesmo os projetos voltados para o futuro, quando se encontram prioritariamente relacionados às expectativas de um indivíduo privado e à construção de uma trajetória pessoal, exprimem este estreitamento da experiência que buscamos vincular à demanda de atenção e à impossibilidade de distração.

que possa nos fornecer um sentido estável para nossas ações. Uma identidade que possa, no limite, nos fornecer um projeto de vida, uma marcha linear onde nos reconhecêssemos como autores de nosso destino. Freud (2006 [1923], p. 20) já dizia que a consciência, responsável pela atenção, é também esta instância psíquica que é capaz de dizer “eu”: “formamos a ideia de uma organização coerente dos processos psíquicos na pessoa, e a denominamos o Eu da pessoa. A este eu liga-se a consciência.”

Se a psicanálise inventou a atenção flutuante como método de escuta, e a associação livre como método de fala, parece que nos angustiamos frente a este estranho pedido freudiano (FREUD, 2006 [1913]). Como não falar senão aquilo que realmente importa? Como não escutar, senão aquilo que mais interessa? Como livrar a percepção destas hierarquias, sem cair numa desordem incômoda, numa paralisia do aparelho sensorio motor que nos deixaria consternados, no meio da rua, enquanto, no mundo ao redor, cada um corre, apressadamente, atrás do seu? Não estaríamos sendo ultrapassados, permanecendo nesta dimensão dispersiva, distraída? Será nossa distração tão culpável, assim?

Nossa hipótese é que a distração, pelo contrário, é índice daquilo que *escapa* ao narcisismo e ao controle contemporâneo, revelando uma impossibilidade inerente às atuais demandas de identidade e mestria egoica. A distração nos remete àquilo que descrevemos como constituindo o aspecto múltiplo e flexível de nossos tempos, a nossas possibilidades de criação subjetiva.

A ritalina, então, é um dos últimos recursos inventados para que possamos refrear este estranho déficit de atenção que nos assola, este sintoma propriamente contemporâneo. Recurso químico que age sobre nosso corpo biológico, a ritalina permite frearmos a carruagem indomável dos milhões de pequenos impulsos que nos assediam, ameaçando invadir o que Freud denomina a “razão e circunspeção” do eu (FREUD, 2006 [1923], p. 31). O remédio permite que sufoquemos nossas micro-vontades, nossas pequenas percepções e desejos, afugentando os fantasmas dos Outros que agem em nós. A droga fará de nós bons alunos, bons funcionários e, até mesmo, quem sabe, bons amantes. Imagina-se, agora, uma sociedade em que o amor seja brindado a doses de ritalina.

Ora, mas segundo Bergson e Freud, a ação motora, a reação que nosso circuito fisiológico desencadeia quando confrontado com os estímulos externos, corresponde à camada mais superficial de nosso psiquismo. Para Bergson (1999 [1896]), quando estamos neste registro, somos obrigados a operar uma contração do tempo. Uma atualização, que comprime todos os virtuais da memória, os lençóis de tempo que compõem nossas histórias, num tempo único, unidimensional, achatado; um tempo que tem as dimensões estreitas de nosso ‘eu’ atual. Se, por um lado, ganhamos, ao nos tornarmos capazes de reconhecer projetos e tarefas, por outro, perdemos essa riqueza temporal, esta distensão para a história—individual e coletiva— que constitui nossa sensibilidade primária³. Perdemos a indeterminação fundamental que advém quando nos subtraímos ao imperativo social da ação adequada.

Bergson nos diz que a subjetividade é criada neste momento em que, entre o estímulo e a resposta, se produz um mínimo intervalo. Um pequeno desvio, uma falha no tempo da reação adequada, abrindo aquilo que o autor chamará de ‘lembrança pura’. Trata-se de uma lembrança irredutível ao esquema sensorio-motor, ao presente e ao agir imediato. Lembrança virtual, que se abre em camadas ou lençóis de tempo, e que surge quando nos distraímos frente ao presente. Bergson (2006, p. 63) caracteriza esta dimensão como aquela do sonho e da intuição:

3

“Sensibilidade primária” é uma expressão que retiramos de Gilles Deleuze. Em *Diferença e Repetição* (DELEUZE, 1988, p. 181), comentando as três sínteses do tempo, o autor se refere ao hábito como a contemplação de elementos biopsíquicos que preside à constituição de uma subjetividade passiva. Na segunda síntese, a da memória, Bergson é convocado através da ideia de um aprofundamento da memória numa direção empírica, por um lado, e transcendental—o passado puro—, por outro. Trata-se da repetição de algo que se apresentara na sensibilidade primária, mas onde o passado se desdobra, tanto na reminiscência de um objeto empírico irremediavelmente perdido, quanto na autonomia do objeto virtual em relação a qualquer constituição empírica. Este passado transcendental é caracterizado por não corresponder a nenhum presente, atual ou antigo, na linha do tempo; é a dimensão do passado puro, correspondente ao objeto virtual cuja experiência não poder ser representada nem percebida por um eu psicológico.

(...) embora a totalidade de nossas lembranças exerça a todo instante uma pressão do fundo do inconsciente, a consciência atenta à vida só deixa passar, legalmente, aquelas que podem concorrer para ação presente, embora muitas outras se insinuem (...). Mas, embora nosso passado permaneça quase inteiramente oculto para nós porque é inibido pelas necessidades da ação presente, irá recuperar a capacidade de transpor o limiar da consciência sempre que nos desinteressarmos da ação eficaz para nos instalarmos novamente, de alguma forma, na vida do sonho.

Nesta modalidade da lembrança, não mais nos reconhecemos como 'eu', capazes de ação eficaz e de resposta às necessidades do presente. Adentramos na dimensão virtual de um tempo não cronificado, tempo que se desvia das injunções de sobrevivência e segurança que o ambiente exige de nós.

Freud (1999 [1900], p. 584) também nos conta que a parte mais importante de nosso psiquismo não se encontra na consciência, mas no inconsciente. Este é atemporal, ao contrário da consciência, que possui uma temporalidade cronometrada, mensurável. Nele, o passado não se apaga frente às convocações do presente. As inscrições inconscientes, as múltiplas impressões passadas que nos constituem, permanecem em nós, como um reservatório arqueológico que nos confere espessura, que pluraliza nossa história. O inconsciente nos retira da banalidade da reação motora, do tempo mensurado pelas respostas que buscam a simples sobrevivência do organismo.

Ao contrário do que se pensa, então, o inconsciente não é esse lugar onde podemos acessar nosso eu profundo, nos aproximamos da verdade de nossa existência. Pelo contrário, ele é o lugar onde o passado, deixando de ser exclusivamente referido aos interesses de nosso eu 'atual', liberado das exigências de nosso ser biológico, pode ser reconstruído, resignificado. O inconsciente, em Freud, e a lembrança pura, em Bergson, abrem espaço para que criemos, saindo da banalidade da repetição instintual. Nossa dificuldade atual em reter a atenção num objeto único, nosso extremo embaraço quando nos convocam a fornecer uma resposta apropriada sobre o que somos, o que queremos e o que esperamos é, paradoxalmente, a insistência destes outros tempos que somos, desta perpétua possibilidade de distração.

Não se trata, então, de déficit cognitivo, de um transtorno neurológico, como a alguns psiquiatras (não todos!) nos fazem acreditar, nos tornando culpados de nossa própria subjetividade. Mas não se trata, por outro lado, de excluir a perspectiva neurológica, como se esta fosse inevitavelmente reducionista, fadada a compreender a cognição humana como uma máquina de *inputs* e *outputs*, um autômato mecânico que só sabe repetir, após a causa, o efeito, *ad eternum*. Novos pesquisadores do funcionamento cerebral, como Antonio Damasio (2003), nos mostram como o cérebro é muito mais que um órgão unificado pelo sistema nervoso central, a serviço da adaptação ao ambiente. Ele é isto, também; mais profundamente, entretanto, é um tecido de redes neurológicas instáveis, imprevisíveis, que não se contentam apenas em achar a resposta correta para uma situação atual. O cérebro não está, fisiologicamente, apenas preocupado em prestar o vestibular ou o concurso. Ele também é capaz de criar conexões imprevisíveis, trilhamentos inesperados...

Trata-se de algo em nós que se distraí do que Lacan (1988 [1959-1960]) chamou "ordem dos bens"; algo que se furta à convocação à sobrevivência e às repostas prontas que, atualmente, nos é insistentemente dirigida. Uma distração fundamental, a espessura através da qual nos aliviemos da roupagem estreita de nosso narcisismo. É a insistência do que se coloca, segundo Freud (2006 [1920]), para além do princípio de prazer⁴ e, nas palavras de Bergson, para além da matéria extensa. Criação e distração são indissociáveis. Diz-se que fulano é muito distraído, que vive a caçar borboletas, que certamente não vai dar em nada na vida. São estes, entretanto, os sujeitos que poderão criar alguma coisa de novo, um dia.

4

Trata-se, aqui, do conceito de pulsão de morte, proposto por Freud em 1920. Argumentamos que a dimensão do "para além do princípio do prazer" permite que pensemos processos de subjetivação que não podem ser reduzidas, nem ao princípio de realidade, com suas exigências de "cálculo utilitário de prazeres" (SAFATLE, 2007, p. 165), nem às experiências estritamente negativas vinculadas às neuroses traumáticas, à compulsão a repetição e à reação terapêutica negativa. Acompanhamos o argumento de Vladmir Safatle, em Teoria das pulsões como ontologia negativa: "(...) a negatividade da pulsão de morte não será incorporada pela clínica freudiana como motor dos processos de cura. A compulsão de repetição aparecerá como limite à clínica (...). Freud só pôde pensar a manifestação da negatividade da pulsão de morte no interior da clínica sob a forma da reação terapêutica negativa, da destruição do outro na transferência e de outras manifestações de fantasmas masoquistas ou sádicos que devem ser liquidados a fim de levar o sujeito ao final da análise." (SAFATLE, 2007, p. 166). O autor segue, apontando como, na obra de Lacan (1988 [1959-1960]), a pulsão de morte é alçada a categoria de conceito fundamental da ética psicanalítica. De fato, em Lacan – assim como em Deleuze (1988) — encontramos a possibilidade de pensar processos de subjetivação capazes de positivar a dimensão do para além do prazer. Devemos salientar, entretanto, que a concepção de inconsciente e de além do princípio de prazer propostas por Lacan e por Deleuze, apesar de apresentarem elementos convergentes, são distintas.

É verdade que devemos, continuamente, transitar entre estas duas dimensões, entre o virtual das possibilidades infinitas, e o atual das escolhas, das decisões, da atenção. Se vivêssemos apenas na distração, é provável que não conseguiríamos atravessar a esquina, comprar pão, ou mesmo reconhecer amigos e parentes, na rua. Não se trata, então, de opor uma dimensão à outra. Apenas apontar que, numa sociedade em que os indivíduos são convocados a permanecer constantemente atentos, como que imersos num perpétuo estado de emergência, o sofrimento nasce da impossibilidade de se distrair, e não o contrário.

Na nossa sociedade do narcisismo, é a atenção constantemente convocada pelo ambiente que se torna insuportável, para nós. É ela que nos torna ansiosos, hiperativos, presos ao ciclo perpétuo do estímulo-resposta, mergulhados num tempo presente que, quanto mais veloz parece passar, mais sentimos como morto, parado. Tempo vazio, ao contrário do tempo cheio da memória e do inconsciente, este que, recusando-se a permanecer no presente contínuo, é capaz de nos abrir um futuro.

Ainda que a atenção voltada para os estímulos seja essencial, para nossa sobrevivência, para nosso dia-a-dia, a sociedade de hoje não sofre por falta de atenção. Ela sofre de uma imensa demanda social de produtividade, de respostas e ações prontas, estereotipadas, que nos roubam o direito de ser distraídos. O crescente uso de ritalina é apenas um dentre inúmeros mecanismos que nos forcem a estar atentos a um mundo no qual nós já não acreditamos. Um mundo que não merece mais a nossa atenção. Na falência das utopias políticas de emancipação e libertação do século XX, destes regimes que pretenderam, de formas significativamente diversas, fazer Um do corpo social—socialismo real, nazismo e fascismo— nos resta, agora, uma nova forma insidiosa do fantasma da unificação: não mais o ideal coletivo, mas o narcisismo pleno, o *selfmade man* do capitalismo neoliberal e da sociedade de controle. Sobrepõem-se, às tendências plurais e abertas presentes em nosso tempo, as injunções do mesmo e da repetição: o controle. O paradigma das redes, da multiplicidade de escolhas e papéis subjetivos, é continuamente reabsorvido pelo narcisismo.

Aos jovens que “ainda” não encontraram um rumo na vida; ao artista envolto durante anos na criação de uma obra; às crianças que não conseguem estudar e assistir às aulas, pede-se atenção, disciplina, ‘foco’. No caso de impossibilidade, ou, pior ainda, de recusa, lhes entupiremos de ritalina. Para que possam sorrir com aquilo que lhes causa repugnância, aprender o que já sabem ou o que não querem saber e, como já apontava Marx (2010), trabalhar para quem rouba seu tempo...

Não é isso que se pede, também, às multidões que se espalharam, em 2011, nas praças da África do norte, na Espanha, nos movimentos de ocupação nos Estados Unidos da América, estes novos movimentos sociais que emergiram na crise financeira de 2008? Que sejam capazes de fornecer um plano específico, uma reivindicação situada dentro dos possíveis já oferecidos pela realidade política? Acusam-nas de serem incapazes de agir, de serem imaturas, sem a organização dos partidos e dos sindicatos. Talvez seja o caso, quem sabe, de se receitar algumas doses de ritalina para os movimentos.

O fato é que desaprendemos a gestar e esperar um acontecimento. A esperar pelo momento em que a distração, emergindo na lembrança pura e no inconsciente, subtraindo-se ao tempo das decisões pragmáticas, poderá tomar forma, trazendo ao mundo atual, não uma resposta pronta, a repetição daquilo mesmo que se tornou intolerável, mas algo de novo, finalmente.

Todo ato de criação supõe uma passagem do virtual para o atual, da distração para a atenção, do inconsciente para a consciência. É verdade que, se ficamos somente no tempo virtual, corremos o risco de jamais sair de lá. Passamos a conviver com fragmentos de memória, híbridos de tempo e espaço, espelhos que não retornam nenhuma imagem, pedaços de tempo

que não se encadeiam em nenhuma memória, espetáculos sem ator, palcos sem plateia. Trata-se destas multiplicidades caóticas que Freud (2006 [1915]) descreveu como constituindo a experiência própria da psicose e Deleuze e Guattari (1992) caracterizaram como a dimensão do caos puro.

De qualquer maneira, o fato é que não se cria nada sem arriscar este perigoso mergulho nesta outra dimensão do tempo, sem se distrair neste fora do *continuum* presente. Fazer como a Alice, de Lewis Carroll, sair para dar um passeio... Alguns não voltam, é certo. Mas, pelo menos, tentaram. Saberemos honrar estes estranhos heróis, realizar paradoxais monumentos à loucura?

A questão principal é que tal gesto, tal subtração, implica um intervalo, uma espera, uma paciência fundamental, num mundo cada vez mais impaciente e hiperativo. Não ordenemos, entretanto, àqueles que esperam, que já estejam prontos. Seu tempo chegará. De qualquer maneira, o que precisamos, hoje, não é de mais ritalina, mas de mais criação, de mais distração.

Sobre o artigo

Recebido: 11/10/2012

Aceito: 08/11/2012

Referências bibliográficas

- BERGSON, H. **Matéria e memória** (1896). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BERGSON, H. **Memória e vida**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- DAMÁSIO, A. **Em busca de Espinosa - Prazer e Dor na Ciência dos Sentimentos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir** (1975). Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.
- FREUD, S. **A interpretação dos sonhos** (1900). Rio de Janeiro: Imago Editora, 1999.
- FREUD, S. O Caso Schreber (1913). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. XII, p. 15-89.
- FREUD, S. O Inconsciente. (1915). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. XIV, p. 165-217.
- FREUD, S. Além do princípio de prazer (1920). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. XVIII, p. 17-78.
- FREUD, S. O ego e o ID (1923). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. XIX, p. 13-74.
- HARVEY, D. **A condição da pós-modernidade**. São Paulo: Edições Loyola, 1989.
- JAMESON, F. **Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Editora ática, 1997.

LACAN, J. **Seminário VII, A ética da Psicanálise** (1959-60). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

LASCH, C. **A Cultura do Narcisismo: A vida americana numa época de esperanças em declínio**. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LIPOVETSKI, G. **A era do vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo**. Editora. Lisboa: Editora relógio d'água, 1988.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

SAFATLE, V. A teoria das pulsões como ontologia negativa. **Discurso—revista do departamento de filosofia da USP**, São Paulo, n. 36, p. 149-151, 2007.